



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 14

SEGUNDA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	185
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	185
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	187
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	187
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal	191

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria Judiciária

REPRESENTAÇÃO Nº 11.844 - Cls. 10ª - PARÁ (Belém)
Representante : Partido dos Trabalhadores - PT, por seu Delegado
Advogado : Dr. José Vigilato da Cunha Neto
Protocolo : 248/91
Relator : Ministro HUGO GUEIROS

O Exmo. Sr. Ministro HUGO GUEIROS, Relator, exarou o seguinte despacho:

"O Partido dos Trabalhadores (PT), em face da Resolução nº 779, de 27.12.90, do E. TRE do Pará, que designou eleições suplementares para deputado estadual no dia 20 de janeiro de 1991, prescrevendo o voto nominativo ou de legenda, à escolha do eleitor, requer se der termine àquele Egrégio Tribunal "que a eleição suplementar para deputado estadual, designada para o próximo dia 20 deste mês, seja realizada com observância do disposto no § 4º do art. 187 do Código Eleitoral, isto é, que o voto seja colhido apenas para legenda.

Sustenta que a norma citada, art. 187, § 4º, do Código Eleitoral, é norma geral e não limitada às eleições municipais e que o voto direto, previsto na atual Constituição e também na anterior, significa voto sem intermediação de "eleitores", o contrário de voto indireto, e não o que se alega para dar como inconstitucional o art. 187, § 4º. Salienta a importância dos partidos no sistema constitucional em vigor; e procura demonstrar que o precedente do TSE no Recurso Eleitoral nº 9.316-AL refere-se a situação distinta, porque em Alagoas a eleição suplementar foi majoritária e, no Pará, é exclusivamente para deputado estadual; o voto exclusivamente para legenda seria típico das eleições proporcionais.

Requer a concessão liminar do pedido, que indefiro porque: 1) o art. 187 do CE refere-se a eleições municipais apenas, malgrado a redação de seu § 4º, isoladamente, possa parecer mais genérica: haveria, quando muito, dúvida razoável, que a posição sistemática do preceito repele; 2) na decisão do Recurso Eleitoral 9.316, Relator o Ministro OCTÁVIO GALLOTTI, acórdão ainda não publicado, este Tribunal acolheu as razões do relator que podem ser assim resumidas: a) a proposta é de interpretação analógica, que não se considera cabível nem recomendável, ante a inexistência de lacuna; b) a anulação de votos foi bem mais significativa que a situação que levou a precedente em sentido contrário; c) a previsão de eleições suplementares também consta do art. 201 do CE, de modo genérico, sem a restrição relativa ao voto de legenda, tendo-se por excepcional a supressão do voto nominal no art. 187, § 4º; d) a diferença de votos no caso em exame é muito mais expressiva, porque alcança 242 seções, abrangendo municípios inteiros, num colégio eleitoral mais reduzido como

o de Alagoas; e) o receio de excessos que possam ser praticados e a possibilidade de prejuízo da votação dos candidatos das localidades atingidas não justificam decisão pelo voto de legenda", como se quer; f) nos termos do art. 158 do CE, as juntas apuram eleições municipais e os Tribunais Regionais apuram os demais pleitos (exceto o presidencial); 3) o voto para legenda pode ser uma forma de aproveitar o voto deficiente (art. 176 do CE), mas a imposição do voto exclusivamente para legenda (art. 187, § 4º, do CE) implica proibição do exercício do direito de voto e poderia afrontar a Constituição, (art. 14); 4) o voto, na Constituição, é forma de exercício da soberania popular, podendo não comportar limitações em lei, nem mesmo em favor dos partidos.

Malgrado o reconhecido esforço de argumentação do patrono do partido autor da representação, indefiro a liminar até porque o que se busca não corre o risco de ficar irremediavelmente frustrado, porque, se outra for a decisão de mérito neste processo, o voto para legenda não fica prejudicado.

Brasília, 16 de janeiro de 1991.
Ministro HUGO GUEIROS, Relator "

Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno

Seção Especializada em Dissídios Coletivos

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa, às nove horas, realizou-se a Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Guimarães Falcão, Marcelo Pimentel, Wagner Pimenta, Antonio Amaral, Norberto Silveira de Souza, Hylo Gurgel, Almir Pazzianotto e Giacomini, o Digníssimo Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, Doutor Hegler José Motta Barbosa; e a Diretora da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Doutora Lúcia Helena de Moraes Santos.- Havendo quorum regimental, declarada aberta a Sessão, à qual deixou de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Teixeira da Costa. - Lida e aprovada a ata da Sessão anterior. Inicialmente, o Excelentíssimo Senhor Ministro Wagner Pimenta registrou possuir um saldo de 12 dias de férias a ser gozado oportunamente. Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo comunicou o recebimento de telex, convidando os membros da Casa para Cerimônia, na Suprema Corte, em homenagem ao Presidente do México, Excelentíssimo Senhor Carlos Salinas de Gortari, dia 09/10/90 às 17:00hs. Prosseguindo o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão propôs o seguinte registro: "Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer um registro de pesar. Na semana passada, faleceu em Porto Alegre o General Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros, que é o pai do nosso eminente Colega Dr. Afonso Henrique Luderitz de Medeiros. O General Júlio - V. Exa. o conheceu, e quero registrar em ata - era uma das maiores expressões do Exército brasileiro, oriundo de uma família tradicional do Rio Grande do Sul, e que contribuiu, com várias figuras para as Forças Armadas e autoridades públicas do Rio Grande do Sul. Lamentavelmente, faleceu na semana passada em Porto Alegre. Faço este registro, porque, além do respeito e admiração que minha família sempre teve para com os membros da família Cachapuz de Medeiros, se trata de uma perda que atinge o nosso Colega Dr. Afonso Henrique Luderitz de Medeiros, que atuou no meu Gabinete como Assessor, depois foi cedido por mim à Assessoria da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho em razão de sua qualificação técnica e, posteriormente, terminado o mandato do Ministro Marcelo Pimentel, retornaria à minha Assessoria, não fosse a sua aprovação no concurso para Procurador da Justiça do Trabalho. Trata-se, repito, de um registro que faço, com pesar, em meu nome e no de minha família, pelo falecimento do General Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros, ocorrido na semana passada em Porto Alegre. Solicito aos Ministros que integram a Seção Especializada em Dissídios Coletivos que aprovem o voto de pesar, devendo a Secretaria fazer a comunicação à família enlutada."

- Associou-se, à manifestação, o Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, como segue: "Confesso-me surpreso com essa notícia e me associo inteiramente a essas homenagens prestadas a esse eminente militar, homem admirável, de fina educação, Professor de Português, que es-

crevia com rara perfeição, desde os idos tempos do Colégio Militar. Foi Professor da Escola Preparatória de Cadetes, enfim, foi um homem muito sereno, equilibrado, distinto, pai de numerosa família, por sinal, illustre. Um dos irmãos, Paty Medeiros, foi um dos maiores Advogados do Rio Grande do Sul. Outro deles foi Procurador-Geral do Estado. Enfim, é com surpresa e grande pesar que registro o falecimento de Júlio de Castilhos Cachapuz de Medeiros. A família enlutada receberá da Corte esse registro que é feito com absoluto pesar."

-Associaram-se, também, à manifestação, o Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, Doutor Hegler José Horta Barbosa em nome do Ministério Público; o Doutor José Alberto Couto Maciel em nome dos advogados que militam nesta Casa e a Doutora Neide A. Borges Ferreira em nome da Secretaria. Passou-se, então, à ORDEM DO DIA.

Processo RO-DC-293/88.4, da 4ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Sindicato das Indústrias de Calçados, de Alfaiataria, de Confeção de Roupas de Homem, de Camisas para Homens e Roupas Brancas, de Guarda-Chuvas e Bengalas e de Chapéus de Caxias do Sul e Recorrido Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de Farroupilha. (Advogados: Paulo Serra e Alino da Costa Monteiro). Relator o excelentíssimo Senhor Ministro Wagner Pimenta e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Norberto Silveira de Souza. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 26/10/90, página 12.035.

Processo RO-DC-00670/87.8, da 3ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Sindicato das Indústrias da Cera mica para Construção e Olaria, no Estado de Minas Gerais e Recorridos Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Arcos e Outros. (Advogados: Paulo Antonio Menezes e Pedro Luiz Leão Velloso Ebert). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Wagner Pimenta e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Norberto Silveira de Souza. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 07/11/90, página 12.585.

Processo RO-DC-0227/87.3, da 3ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Companhia Paulista de Ferro Ligas e Alcan Alumínio do Brasil S/A e Recorrido Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Julião. (Advogados: Adilson Silveira Martins, José Alberto Couto Maciel, Hugo Gueiros Bernardes, Alino da Costa Monteiro e Wilmar Saldanha da Gama Pádua). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Wagner Pimenta e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 26/10/90, página 12.037.

Processo RO-DC-0281/89.3, da 1ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes FEM - Fábrica de Estruturas Metálicas S/A e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de material Elétrico de Barra Mansa, Volta Redonda e Resende e Recorridos os mesmos. (Advogados: Antonio C. Jevoux e Ulisses Riedel de Resende). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Giacomini e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 07/11/90, página 12.585.

Processo RO-DC-540/89.9, da 5ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, Federação do Comércio do Estado da Bahia e Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas e Recorridos os mesmos, exceto a Procuradoria. (Advogados: Carlos Alfredo C. Guimarães, Humberto de Figueiredo Machado e Ulisses Riedel de Resende). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Giacomini e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 26/10/90, página 12.032.

Processo RO-DC-480/89.6, da 3ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros no Estado de Minas Gerais e Empresa Gontijo de Transportes Ltda e Recorridos Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Montes Claros. (Advogados: Joaquim Carvalho Costa, Ana Maria José Silva de Alencar e Enoch Clementino de Souza). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Giacomini e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 26/10/90, página 12.030.

Processo AG-MC-45/89.7, relativo a Agravo Regimental em Medida Cautelar, sendo Agravante Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Agravado Sindicato dos Advogados de São Paulo. (Advogado: Geraldo Magela Leite). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Giacomini. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 23/10/90, página 11.779.

Processo RO-DC-0287/85.7, da 9ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Banco do Brasil S/A e Recorridos Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Londrina e Sindicato dos Bancos dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. (Advogados: Maurílio Moreira Sampaio, Geraldo Magela Leite e José Torres das Neves). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Wagner Pimenta e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Norberto Silveira de Souza. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 26/10/90, página 12.038.

Processo RO-DC-0106/85.9, da 8ª Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Sindicato das Empresas de Transportes de Carga no Estado do Pará e Recorrido Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Pará. (Advogados: Thadeu de Jesus e Silva e Ulisses Riedel de Resende). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Norberto Silveira de Souza e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Wagner Pimenta. Resultado do julgamento publicado no Diário da Justiça do dia 26/10/90, página 12.034.

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às doze horas e trinta minutos. E, para constar, eu Diretora da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente e por mim subscrita. - Brasília, aos nove dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa.

MINISTRO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal

LÚCIA HELENA DE MORAES SANTOS
Diretora da Seção Especializada
em Dissídios Coletivos

Seção Especializada em Dissídios Individuais

RO-AR-563/89.7

RECORRENTE : SUPERMERCADOS ZONA SUL LTDA
Advogado : Dr. Ricardo Alves da Cruz
RECORRIDO : PEDRO ALVES DE OLIVEIRA
1ª Região.

DESPACHO

1. A Seção Especializada em Dissídios Individuais negou provimento ao recurso ordinário em ação rescisória do Supermercado Zona Sul LTDA.
2. O vencido opõe, com a peça protocolizada de nº 26078/90.5, embargos ao supracitado julgado.
3. Havendo o Acórdão ora impugnado sido publicado no DJU de 03.08.90, sexta-feira, o prazo recursal começou a fluir a partir do dia 6 subsequente, segunda-feira (CPC, art. 184, § 2º).
4. Cuidando-se no caso vertente de recurso de embargos (CLT, art. 894), findou-se o prazo no dia 13.08.90, segunda-feira (CPC, arts. 178 e 184).
5. Tendo a presente irrisignação ingressado nesta Corte no dia 12 de dezembro de 1990, conforme atesta o registro estampado no rosto da presente petição, transcorreu, in albis, o prazo recursal, resultando preclusão temporal e coisa julgada automática.
6. Ademais, com o julgamento do recurso ordinário exauriu-se a via recursal trabalhista, conforme estatui a Lei nº 7701, de 01.12.88, em seu artigo 3º, inciso III, letra "a":
"Art. 3º - Compete à Seção de Dissídios Individuais julgar:

III - em última instância:
a) - Os recursos ordinários interpostos contra decisão dos Tribunais Regionais em processo de dissídios individuais de sua competência originária".

7. Em face do exposto, denego o recurso.
Publique-se.
Brasília, 14 de janeiro de 1991.

MINISTRO MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal

TST-AI-17092/90.4

AGRAVANTES: NEUSA JESSARI CORREIA DA SILVA E OUTROS
Advogado : Dr. Paulo de Tasso Moura M. Gomes
AGRAVADA : CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A
Advogado : Dr. Sérgio Parenti
2ª Região

DESPACHO

1. Em face da renúncia apresentada às fls. 132, por CLEUSA SILVA DE ALMEIDA, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que os ilustres subscritores da supracitada peça efetuem a juntada do instrumento de mandato.
2. Publique-se.
Brasília, 11 de janeiro de 1991.

MINISTRO MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 6.864,00	Cr\$ 3.399,00	Cr\$ 12.474,00	Cr\$ 6.864,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

Aos quinze dias do mês de janeiro de 1991, o Exmo. Sr. Ministro-Presidente do STM, Alte. Esq. Raphael de Azevedo Branco, decidiu, ad referendum do Plenário do Superior Tribunal Militar, com fundamento nos arts. 470, § 2º, do CPPM e 11, item XXXII, do Regimento Interno.

HABEAS CORPUS Nº 32.699-5/PR

Paciente : AIRTON SESSE, Ch. Ex.
Impetrante: Dr. Edgar Leite dos Santos
Decisão : "... conheço do pedido e denego a ordem por falta de amparo legal, ..."

Ministério Público da União

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

Relação processual - relação de processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres
Guia de remessa nº 02/91

RECURSO ORDINÁRIO

Proc.: 02900069984 Parecer 588/90
Recorrente Eduardo Azzari
Advogado Fábio Cortona Ranieri
Recorrido Cesp Cia Energética de São Paulo
Advogado Luiz Eduardo Alves
Proc.: 02900070001 Parecer 590/90
Recorrente Eletropaulo Eletricidade de SP S/A
Advogado Yasmin Gonçalves de Andrade
Recorrido Luiz Carlos Ferreira
Advogado Miguel Ricardo Gatti C Nogueira da Gama
Proc.: 02900070036 Parecer 591/90
Recorrente Limpadora Cubatense Ltda
Advogado Mário Addario
Recorrido Carlos Alberto da Silva
Advogado José Giacomini
Proc.: 02900070044 Parecer 592/90
Recorrente Sind TBS Inds Construção Stos e Seconci
Advogado Riscalla Abdala Elias
Recorrido Associação Atlética Guimarães
Advogado Adilson Antonio
Proc.: 02900070052 Parecer 621/90
Recorrente Cia Brasileira de Distribuição
Advogado Nelia Margarida Michielin Fasanella
Recorrido Nelson Matarazzo
Advogado José Augusto da Trindade
Proc.: 02900071512 Parecer 227/90
Recorrente Churrascaria Retiro dos Pampas Ltda
Advogado Urley Francisco Bueno de Souza
Recorrido Adilar Dadali
Advogado Edi Sbrana
Proc.: 02900073205 Parecer 502/90
Recorrente Distribuidora de Bebidas Zogui Ltda
Advogado Henrique Augusto Paulo
Recorrido Ademar Ribeiro Otoni
Advogado José Alexandre da Silva Filho
Proc.: 02900073230 Parecer 505/90
Recorrente Tag Comercial Distrib Auto Peças Ltda
Advogado Rafael Miguel Laurindo
Recorrido Ino Gazotti
Advogado Francisco Antonio Luigi Rodrigues Cúccchi
Proc.: 02900073248 Parecer 506/90
Recorrente Fernando Rodrigues Com e Exportação Ltda
Advogado Sebastião Notaroberto
Recorrido Adair Martins Tristão
Advogado Ney Ary de Souza Rosa
Proc.: 02900073345 Parecer 516/90
Recorrente Reifil Industria e Comércio Ltda
Advogado Luiz Turgante Netto
Recorrido Valter Schiavinato
Advogado Marcilio Penachioni

Proc.: 02900073469 Parecer 520/90
Recorrente Sind Empr Estab Bancários Jundiaí Região
Advogado Maurício de Freitas
Recorrido Banco do Brasil S/A
Advogado Marcos Cassemiro dos Santos
Proc.: 02900075127 Parecer 975/90
Recorrente Trans Rodrigues Transportes Ltda
Advogado Amancio Gomes Correa
Recorrido Marcilio Zanetti
Advogado Valdir Espindola
Proc.: 02900076174 Parecer 560/90
Recorrente Roque Alves da Silva
Advogado Decio Marino de Jesus
Recorrido BHM Empreendimentos e Construções S/A
Advogado Carlos Velloso Neto
Proc.: 02900076239 Parecer 570/90
1.Recorrente Valdeci Maria Gomes
Advogado Arthur Vallerini
2.Recorrente Frigobras Cia Brasileira de Frigoríficos
Advogado Washington Antonio Campos do Amaral
Proc.: 02900076247 Parecer 571/90
1.Recorrente Ailton Herminio da Silva
Advogado Alvaro Alves Noga
2.Recorrente Transbrasil S/A Linhas Aereas
Advogado Claudia Giglio Veltri Correa
Proc.: 02900076689 Parecer 475/90
Recorrente Holaria Ferreira Dorigueti
Advogado Paulino de Freitas
Recorrido Bar e Restaurante Bahama Ltda
Advogada Maria Heloisa Galante Batista
Proc.: 02900076859 Parecer 568/90
Recorrente Roberto Carlos da Silva
Advogado José Giacomini
Recorrido Construtora Mendes Junior S/A
Advogado Solange Ribeiro Ferreira
Proc.: 02900076867 Parecer 569/90
Recorrente Cruzeiro Sul Newmarc Pat Marcas Ltda
Advogado Lillian de Melo Silveira
Recorrido Rosa Nunes Sampaio
Proc.: 02900077820 Parecer 171/90
Recorrente Joel Nunes de Lima
Advogado Moacyr Colaço
Recorrido Eng Ind e Com Equip Inds Euroterm Ltda
Advogado Roseli Rodrigues Leite Mele
Proc.: 02900077871 Parecer 174/90
Recorrente Paulo Roberto Spreafico
Advogado Silza Helena Bermudes Bauman
Recorrido Glasurit do Brasil Ltda
Advogado Ronaldo Amaury Rodrigues
Proc.: 02900077898 Parecer 176/90
Recorrente Maria Aparecida Lopes
Advogado Riscalla Abadala Elias
Recorrido Elizeu Valentim Souza & Cia Ltda
Advogado Milton Rodrigues

Proc.: 02900077928 Parecer 179/90
1.Recorrente Sofica Equip Refrigeração Segurança Ltda
Advogado Drausio Aparecido Villas Boas Rangel
2.Recorrente Manoel Garcia Moutinho
Advogado Carlos Fuchs
Proc.: 02900077936 Parecer 180/90
Recorrente Embauba Agropecuária S/A
Advogado Cinthia Regina da Costa
Recorrido Rosangela Reis
Advogado Koshi Ono
2.Recorrente Embauba Florestal S/A
Advogado Cinthia Regina da Costa
3.Recorrente Massa Falida Embauba S/A Desenv Energet
Advogado João Marcos M Flaquer/Carlos de O Braga
Proc.: 02900077987 Parecer 183/90
1.Recorrente Antonio Pedro da Silva
Advogado Roseli Gomes Martins
2.Recorrente Vertice Construções Cíveis Ltda
Advogado Benjamim Goldenberg
Proc.: 02900077995 Parecer 184/90
1.Recorrente Construtora Guaranta S/A
Advogado Rubens Approbató Machado
2.Recorrente Francisco Rodrigues de Souza
Advogado Riscalla Abdala Elias
Proc.: 02900078002 Parecer 185/90
1.Recorrente Viação Guarujá Ltda
Advogado Flavio Villani Macedo
2.Recorrente Espolio de Rivaldo Souto Soares
Advogada Maria Joaquina Siqueira
Proc.: 02900080457 Parecer 576/90
Recorrente Fundação de Tecnologia Industrial Fti
Advogado Marcia Aparecida Brešan
Recorrido Silvana Ribeiro
Advogado Hedy Aparecida Jorge Rodrigues
Proc.: 02900080503 Parecer 581/90
Recorrente Banco Nacional S/A
Advogado Armino da Conceição Teixeira Ribeiro
Recorrido Augusto Lopes Domingues
Advogado José Murassawa
Proc.: 02900080562 Parecer 585/90
Recorrente Marcello Miguel Jorge
Advogado Melchisedech Affonso Keller C Azevedo
Recorrido Abiplast Assoc Bras da Ind do Plastico
Advogado Ari Possidonio Beltran
Proc.: 02900080619 Parecer 589/90
Recorrente Casa Italiana Massas Alimenticias Ltda
Advogado Julimari Rodrigues Leme
Recorrido Alzira Tosta
Advogado Pedro da Silva Nunes

Proc.: 02900080813 Parecer 655/90
 Recorrente Irineu Baccas Gutierrez
 Advogado Riscalla Abdala Elias
 Recorrido Iap S/A Industria de Fertilizantes
 Advogado Egidio Mancini Filho
 Proc.: 02900080856 Parecer 656/90
 1.Recorrente JCJ e Inst Nac Asist Médica Prev Social
 Advogado Sérgio Leite Alfieri
 2.Recorrente Benedito Sidenei Zuca e Outros 7

Proc.: 02900080899 Parecer 657/90
 Recorrente Massa Falida Confec Quatro Cartas Ltda
 Advogado Luiz Carlos Comi
 Recorrido Maria Ricardo
 Advogado Lucia da Corte de Macedo
 Proc.: 02900080910 Parecer 659/90
 Recorrente Industreias JB Duarte S/A
 Advogado Thays Libanori Ruggiero de Oliveira
 Recorrido Roberto Carlos Biato da Silva
 Advogado Sérgio Carlos do Carmo Marques
 Proc.: 02900080953 Parecer 663/90
 Recorrente JCJ e Fazenda do Estado de São Paulo
 Advogado Andrea Isa Ripoli
 Recorrido Ivone Augusto
 Advogado Valter Alves de Souza
 Proc.: 02900080961 Parecer 664/90
 Recorrente José D'almeida Motta
 Advogado João José Sady
 Recorrido Banco Itau S/A
 Advogado Marco Aurelio de Oliveira
 Proc.: 02900080970 Parecer 665/90
 Recorrente Multividro Industria e Comércio S/A
 Advogado Deusdedit Goulart de Faria
 Recorrido Paulo Cesar de Souza
 Advogado Miekio Endo
 Proc.: 02900080996 Parecer 667/90
 Recorrente Higitec Serviços e Representações Ltda
 Advogado Sandra Lucia Nunes da Costa
 Recorrido Helio Luiz Silva
 Advogado Luzia Poli Quirico
 Proc.: 02900081003 Parecer 668/90
 Recorrente Enesio Timoteo dos Santos
 Advogado Miekio Endo
 Recorrido Tenenge Tecnica Nacional Engenharia S/A
 Advogado Marcos Lobo de Freitas Levy
 Proc.: 02900081011 Parecer 669/90
 Recorrente Gilberto Araujo
 Advogado Walter de Moraes Fontes
 Recorrido Meridional S/A Comércio e Indústria
 Advogado Aloysio Mihich de Freitas
 Proc.: 02900081089 Parecer 616/90
 1.Recorrente Lloyds Bank Plc
 Advogado Marcio Yoshida
 2.Recorrente Solange Maria Santinello
 Advogado Silvana Marcia Montechi V de Oliveira
 Proc.: 02900081186 Parecer 672/90
 Recorrente Orilo Soares de Oliveira
 Advogado Nilza Saes Rodrigues Chiavenato
 Recorrido Mac Engenharia Empreend Imobiliários Ltda
 Advogado Renato Rodrigues Ferreira
 Proc.: 02900082603 Parecer 464/90
 Recorrente Antonio Carlos Cerqueira
 Advogada Marisa Bezerra de Sousa
 Recorrido Alp Mão de Obra S/C Ltda
 Advogado Ivonildo da Silva Oliveira

Proc.: 02900082620 Parecer 465/90
 Recorrente Banco Bandeirantes S/A
 Advogado Silmara Nagy
 Recorrido Wanderlei Fuste
 Advogado Manoel Peres Sanchez
 Proc.: 02900082646 Parecer 573/90
 1.Recorrente Norton S/A Indústria e Comércio
 Advogada Ana Lucia Pereira
 2.Recorrente Eduardo Miguel Marcolla
 Advogado Arcide Zanatta
 Proc.: 02900082654 Parecer 466/90
 Recorrente Marisol Pontes
 Advogado Decio Rodrigues de Sousa
 Recorrido Impal Industria Metalurgica Palace Ltda
 Proc.: 02900082662 Parecer 467/90
 Recorrente Forjas São Paulo Ltda
 Advogado Horácio Roque Brandão
 Recorrido Diogenes Batista do Amaral Filho
 Advogado José Gilberto Oucatti
 Proc.: 02900082670 Parecer 468/90
 Recorrente Máquinas e Operatrizes Vega Ltda
 Advogado Argemiro Gomes
 Recorrido Jonys Mazerino
 Advogado Lucia Anelli Tavares
 Proc.: 02900082689 Parecer 469/90
 Recorrente Edio Bispo de Oliveira
 Advogado Ivan EDSON DINIZ LUCK
 RECORRIDO Salgadinhos Amelia Ltda
 Advogada Maria Aparecida V Alonso
 Proc.: 02900082697 Parecer 470/90
 Recorrente Proaroma Industria e Comércio Ltda
 Advogado José Pedro Bianco
 Recorrido Solange Talar Brandão
 Advogado Glaucia Virginia Amann Moretti
 Proc.: 02900082700 Parecer 471/90
 Recorrente Mery Marika Karazawa
 Advogado Riscalla Abdala Elias
 Recorrido Kinetron Eletronica Ltda
 Advogado Nelson Silveira

Proc.: 02900082719 Parecer 574/90 - (com 3 volumes)
 recorrente Eugenio Lence de Souza
 Advogado Pedro Lima da Silva
 Recorrido Viação Santa Madalena Ltda
 Advogado Zelia Oliveira Cota
 Proc.: 02900082743 Parecer 472/90
 Recorrente Oesp Distribuição e Transportes Ltda
 Advogado Eliana Amaral França Pereira de Medeiros
 Recorrido Milton do Amaral Campos
 Advogado Ivonete Pereira
 Proc.: 02900082751 Parecer 473/90
 Recorrente Rádio Record S/a
 Advogado Edgard Grosso
 Recorrido João Antonio Palmeira
 Advogado Paulo Tavares Mariante
 Proc.: 02900082760 Parecer 474/90
 Recorrente JCJ e Hosp Clinicas Fac Medicina da Usp
 Advogado Benevides Celso Xavier
 Recorrido Marie Claire Ballon Baldi
 Advogado Celso Antonio Pacheco Fiorillo
 Proc.: 02900082778 Parecer 475/90
 Recorrente Antonia Jeronimo de Brito de Almeida
 Advogado Ivanir Cortona
 Recorrido Carlos Montalto Industria e Comércio Ltda
 Advogado Antonia C Galvão da Silva
 Proc.: 02900082786 Parecer 476/90
 Recorrente Confecções Sun Rise Ltda
 Advogado Vitorino Augusto do Nascimento Morgado
 Recorrido Isabel Caso
 Advogado Regina Lourenço Fidalgo
 Proc.: 02900082794 Parecer 477/90
 Recorrente Serpal Engenharia e Construtora Ltda
 Advogado Argemiro Gomes
 Recorrido Manoel Bonfim Alves dos Santos
 Advogado Francisco Aneas
 Proc.: 02900082808 Parecer 478/90
 Recorrente Rioforte Servs Tecnicos Vigilância S/a
 Advogado Claudia Wudarski Alves
 Recorrido Clovis Gonçalves
 Advogado Carlos Alberto dos Anjos
 Proc.: 02900082816 Parecer 479/90
 Recorrente Cia Municipal de Transportes Coletivos
 Advogado Maria Cleide Raucchi
 Recorrido Luzia Barbosa de Jesus
 Advogado Gisleine Garcia Rozzi dos Reis
 Proc.: 02900082824 Parecer 480/90
 Recorrente Sulbras Construtora Ltda
 Advogado Carlos Demetrio Francisco
 Recorrido José Fernandes Neto
 Advogado Domingos Rossi Neto
 Proc.: 02900085815 Parecer 723/90
 Recorrente Romualdo Ferraz de Oliveira
 Advogado José Oscar Borges
 Recorrido Hiborn Brasil Produtos Infantis Lar S/a
 Advogado Zélia Cunha Castro
 Proc.: 02900085831 Parecer 724/90
 Recorrente José Augusto
 Advogado Fábio Cortona Ranieri
 Recorrido Enterpa Engenharia Ltda
 Advogado Breno Tonon
 Proc.: 02900085840 Parecer 725/90
 Recorrente Mercantil Maua S/A Industria e Comércio
 Advogado Dib Antonio Assad
 Recorrido Celso Cameliní
 Advogado Ney Ary de Souza Rosa
 Proc.: 02900085858 Parecer 726/90
 Recorrente José Helio Marques
 Advogado Vicente Eduardo Gomez Roig
 Recorrido Cia do Metropolitano de São Paulo Metro
 Advogado Emmanuel Carlos

Proc.: 02900085866 Parecer 727/90
 Recorrente Sandro Pignatari Lucena
 Advogado Valter Alves de Souza
 Recorrido Elmo Seg e Preservação Valores S/C Ltda
 Advogado Cleofe de Oliveira Martins
 Proc.: 02900085874 Parecer 728/90
 Recorrente Empra Empreiteira de Obras Ltda
 Advogado Gilberto Massad
 Recorrido Edimar Rodrigues Lopes
 Advogado Ricardo José Branco
 Proc.: 02900085998 Parecer 579/90
 Recorrente Senge Serviços de Engenharia S/C Ltda
 Advogado Durval Emilio Cavallari
 Recorrido Raimundo Fraga Garcia
 Advogado Antonio Cardoso Gomes
 Proc.: 02900086005 Parecer 580/90
 Recorrente Helena Falcão Carneiro Pessoa
 Advogado Sérgio Eduardo de Oliveira Santos
 Recorrido Maria de Melo das Neves
 Advogado Antonio Carlos Rivelli
 Proc.: 02900086021 Parecer 581/90
 Recorrente Siderurgica JL ALIPERTI S/A
 Advogado José Granadeiro Guimarães
 Recorrido Joel Batista
 Advogado Arcide Zanatta
 Proc.: 02900086030 Parecer 582/90
 1.Recorrente Oesve Segurança e Vigilância S/A
 Advogado Breno Tonon
 2.Recorrente João Martins do Nascimento
 Advogada Maria Aparecida Ferracin
 Proc.: 02900086102 Parecer 584/90
 Recorrente Banco do Estado de Minas Gerais S/A
 Advogado Paulo Roberto Barfeiros Rossi